

FACULDADE DOCTUM DE PEDAGOGIA DA SERRA

**MICHELE DA SILVA MOTA
REBECA MÁRCIA MOTA DOS SANTOS**

**MATEMÁTICA NAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS NO
ESPÍRITO SANTO IMPERIAL: O LUGAR FEMININO NO ENSINO E
NA APRENDIZAGEM**

**Serra
2015**

MICHELE DA SILVA MOTA
REBECA MÁRCIA MOTA DOS SANTOS

**MATEMÁTICA NAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS NO
ESPÍRITO SANTO IMPERIAL: O LUGAR FEMININO NO ENSINO E
NA APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
à Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Professor Doutor Eduardo
Vianna Gaudio

Serra
2015

MICHELE DA SILVA MOTA
REBECA MÁRCIA MOTA DOS SANTOS

**MATEMÁTICA NAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS NO
ESPÍRITO SANTO IMPERIAL: O LUGAR FEMININO NO ENSINO E
NA APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada à Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em 07 de julho de 2015 pela banca composta pelos professores:

PROF. DR. EDUARDO VIANNA GAUDIO

PROFA. DRA. LÍLIAN PEREIRA MENENGUCI

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS A DEUS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de nossas vidas, e não somente nestes anos como universitárias, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

AGRADECIMENTO AOS PROFISSIONAIS

A todos da Biblioteca pelo carinhoso apoio, ao nosso orientador Prof. Dr. Eduardo Vianna Gaudio, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos. Agradecemos a todos os *professores* por te proporcionado o conhecimento.

AGRADECIMENTO À UNIVERSIDADE

A Universidade Doctum, pela oportunidade de fazer o curso.

AGRADECIMENTO A PARENTES E AMIGOS

Nosso agradecimento aos nossos pais pela oportunidade e incentivos, amigos, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da nossa formação e que vão continuar sempre presentes em nossas vidas.

AGRADECIMENTO GERAL

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da nossa formação, o nosso muito obrigado.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar um resgate histórico sobre as Escolas de Primeiras Letras no Espírito Santo Imperial destacando como se deu o ensino de matemática e o lugar feminino no ensino e na aprendizagem nesse período. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica com coleta de dados em livros, artigos, teses de doutorado, legislação e documentos históricos relacionados ao período da criação das escolas primárias no Espírito Santo Imperial. Para isso foi utilizado os estudos de Levy Rocha, José Teixeira de Oliveira, tese de doutorado de Eduardo Gaudio, além de publicações disponíveis no site do Arquivo Público do Espírito Santo e da Câmara Legislativa Federal. Os resultados obtidos a partir dessa investigação demonstram que a importância da história da educação para compreender o desenvolvimento dos processos educativos.

Palavras-chave: Brasil Império. Província do Espírito Santo. Escolas de Primeiras Letras.

ABSTRACT

This study aims to present a historical about the First Letters Schools in the Holy Spirit gave Imperial highlighting how the math and women's place in teaching and learning in this period. The methodology used was the bibliographical research with data collection in books, articles, doctoral theses, legislation and historical documents related to the period of creation of primary schools in the Holy Spirit Imperial. For this we used the studies of Levy Rocha, José Teixeira de Oliveira, doctorate thesis of Eduardo Gaudio, as well as publications available in the Arquivo Público do Espírito Santo of the Câmara Legislativa Federal. The results from this research show that the importance of the history of education to understand the development of educational processes.

Keywords: Brazil Empire. Province of the Espírito Santo. Schools of First Letters.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	11
2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO IMPERIAL: AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO	13
3 EDUCAÇÃO NO PERÍODO IMPERIAL NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO	18
4 AS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO	24
5 MATEMÁTICA NAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS DO ESPÍRITO SANTO	31
6 O LUGAR DO FEMININO NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NO ESPÍRITO SANTO IMPERIAL	37
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
8 REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

Desenvolver uma pesquisa sobre história é desafiador, pois sempre olhamos o passado com as nossas lentes do presente, especialmente quando pesquisamos sobre a educação, tentamos comparar o currículo, as metodologias dos professores, a infraestrutura escolar, o acesso à escolarização formal, dentre outros aspectos. Porém cabe sempre lembrar que a sociedade, a cultura, a estrutura, a escola eram outras e tinham objetivos e concepções diferentes das que acreditamos na atualidade.

Compreender um pouco sobre a história da Educação no Espírito Santo foi o que nos motivou na realização dessa pesquisa. E para isso escolhemos o período imperial e as práticas de ensino nas Escolas de Primeiras Letras ou Escolas Primárias. Pretendemos com este texto apresentar o lugar ocupado pelo feminino no ensino e aprendizagem de matemática nas escolas de primeiras letras da província do Espírito Santo durante o período Imperial brasileiro.

Ao nos debruçarmos sobre a história do Espírito Santo no período imperial é necessário compreender o que acontecia no panorama histórico e social brasileiro. Para isso vamos voltar ao período da independência do Brasil, o século XIX representou para o então império brasileiro um momento de organização econômica e social para que o país tivesse condições de se tornar um país industrializado. Em meio a essa tentativa de estruturação, urge então a necessidade de escolarização da população.

Nesse período havia muitos debates acerca da instrução pública, entre os quais não só observa-se a formação dos docentes e a relevância dada aos modos de ensino e aos recursos utilizados, mas também a definição dos conteúdos a serem ensinados. “Para dar conta de gerar uma lei específica para a instrução nacional, a Legislatura de 1826 promoveu muitos debates sobre a educação popular, considerada premente pelos parlamentares” (NASCIMENTO, 2006, s. p.).

Assim, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que “em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”, desse modo o governo imperial busca organizar o processo de instrução no Brasil. Entretanto, nos anos seguintes os resultados não são muito animadores conforme pontua Azevedo (1976, p. 94),

A Instrução primária, confiada às províncias, vai-se organizando por um sistema de tentativas e erros, em conformidade com os recursos limitados de cada uma delas e ao capricho das circunstâncias quais os predomínios deste ou daquele grupo partidário ou a inspiração pessoal do presidente, em que se pode encontrar a causa mais próxima da periodicidade das variações nas políticas locais de educação. O pessoal docente, quase todo constituído de mestres improvisados, sem nenhuma preparação específica, não melhora as primeiras escolas normais que se criaram no país.

E no cenário capixaba essa situação não era diferente, a província capixaba enfrentava os mesmos problemas das demais províncias brasileiras e buscava soluções para o seu processo educativo. E a instrução primária constitui-se em um desafio para os governos que por aqui passaram buscando promover a escolarização dos habitantes dessa terra.

Isto posto, esse estudo tem como objetivo geral apresentar um resgate histórico sobre as Escolas de Primeiras Letras no Espírito Santo Imperial destacando como se deu o ensino de matemática e o lugar feminino no ensino e na aprendizagem nesse período. E para dar conta desse objetivo essa pesquisa foi organizada em cinco capítulos que serão apresentados a seguir.

Iniciamos com um capítulo sobre a História da Educação Brasileira no Período do Império apresentando um breve panorama de como se desenvolveu a educação em nosso país nesse período histórico. Já o segundo capítulo trazemos uma contextualização da educação na província do Espírito Santo no período imperial. No terceiro capítulo temos uma explanação sobre o surgimento das escolas de primeiras letras na província do Espírito Santo.

No quarto capítulo buscamos mostrar alguns aspectos referentes ao ensino de matemática nas escolas de primeiras letras do Espírito Santo e por final, no sexto capítulo, temos uma discussão sobre o papel da mulher no processo de ensino e aprendizagem no Espírito Santo Imperial. E para a construção desses capítulos utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica que será explicitada no próximo capítulo referente ao procedimento metodológico.

No Brasil Império, pode-se perceber que houve poucos investimentos na educação os quais trataremos neste trabalho, que tem como foco principal a mulher professora e a aluna que ensinam e aprendem matemática no século XIX. O cenário dessa época é de uma sociedade bastante rude, na qual todo o sustento da família provinha do campo e, por isso, muitos alunos tinham dificuldade de frequentar escolas por causa do trabalho nas lavouras, contribuindo com o sustento do lar.

Explorando as fontes documentais sobre as mulheres do século XIX, percebemos a grande dificuldade da inserção dela na sociedade como docente e aluna. Faz-se, portanto necessário compreendermos em que corpo social elas estavam inseridas.

1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Essa pesquisa tem como objetivo apresentar um resgate histórico sobre as Escolas de Primeiras Letras no Espírito Santo Imperial destacando como se deu o ensino de matemática e o lugar feminino no ensino e na aprendizagem nesse período. De acordo com Andrade (2003, p. 129) “Metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

Como forma de organizar o estudo sobre nosso tema, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com busca de informação em livros, artigos, teses de doutorado, legislação e documentos históricos relacionados ao período da criação das escolas primárias no Espírito Santo Imperial.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se na realização de estudo teórico por meio de materiais existentes sobre determinado tema. Dessa forma, esse tipo de pesquisa não se caracteriza na mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas proporciona o estudo de uma temática sob uma abordagem diferente, chegando a conclusões inovadoras.

Por se tratar de um período histórico distante da nossa realidade atual optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica em autores que se debruçaram sobre essa temática e que nos auxiliaram na composição do nosso estudo. Assim, utilizamos os estudos de Levy Rocha ao descrever a viagem que Dom Pedro II fez a província do Espírito Santo a partir do diário do próprio imperador, nessa obra o autor nos apresenta um panorama da história do Espírito Santo pelo olhar do então governante do país no período imperial.

Além disso, temos a obra História do Estado do Espírito Santo de José Teixeira de Oliveira que traça um panorama da história do povo capixaba desde o período colonial com uma pesquisa minuciosa de documentos e dados que contribuem para a compreensão da rica história do Espírito Santo. Constitui-se em um referencial de bases sólidas para os estudos e pesquisas históricos.

Ainda utilizamos os estudos desenvolvidos pelo Professor Doutor Eduardo Vianna Gaudio em sua tese de doutorado intitulada “A Reforma Coutto Ferraz e um ensino primário de matemática na província do Espírito Santo durante o período imperial brasileiro: uma história a partir de leitura indiciária”. E nos apropriamos da legislação que consta no site da Câmara dos Deputados para referenciar o desenvolvimento dessa pesquisa bibliográfica.

2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO IMPERIAL: AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO

Para iniciarmos nosso estudo iremos traçar um panorama da Educação Brasileira antes do processo de independência, e posteriormente uma contextualização da Educação no período imperial brasileiro destacando as primeiras tentativas de organização de um sistema escolar.

Pouco antes da independência brasileira a educação era voltada para a elite, com pouca regulamentação estatal, e não tinha intenção de constituir uma população intelectualizada na colônia. Tínhamos aqui uma população rude em que a maior parte ainda viva no campo, sem ambições sociais, políticas e econômicas, praticamente subjugada a uma soberania europeia. Nesse sentido o processo educativo deveria atender as necessidades de instrução dessa população, no entanto, a metrópole portuguesa pouco se incomodava com essa situação.

Nesse período a estrutura educacional era rudimentar e não permitia grandes avanços educativos e pedagógicos. Antes do período oitocentista, existiam somente as escolas religiosas, que eram poucas, e que foram extintas em 1759 com a expulsão dos jesuítas.

Em 1808, com a chegada da família real no Brasil e a presença da corte portuguesa, Dom João cria diferentes cursos com a finalidade de viabilizar a vida dos nobres instalados na nova terra. No Rio de Janeiro temos a Academia Militar de Marinha (1808), cursos de Anatomia e Cirurgia (1808), Academia Real Militar (1810), Laboratório de Química (1812), curso de Agricultura (1814), Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816). E na Bahia o curso de Cirurgia (1808), cadeira de Economia (1808), curso de Agricultura (1812), curso de Química (1817), curso de Desenho Técnico (1817). Nesse período não foram criadas universidades, essa formação era constituída de cursos e escolas isoladas, com aulas avulsas e com sentido profissional prático.

Em 1821, D. João VI decide retornar à metrópole depois de cerca de treze anos no Rio de Janeiro. Ao voltar para Portugal, Dom João deixa seu filho Dom Pedro I como Príncipe Regente do Brasil. Assim, D. Pedro I se une ao povo brasileiro que estava descontente com as medidas portuguesas de rebaixar o país novamente a situação de colônia e no ano de 1822 ele proclama a independência do Brasil.

Depois da elevação do Brasil a Reino Unido, os brasileiros passaram a ter o dever de dar aos filhos, não somente a educação moral e a instrução primária ou científica necessária a todos os homens, mas também o de lhes inculcar, por assim dizer a alma nacional [...] O projeto de unificação da instrução pública, concebido por D. João VI, fez do corpo dirigente desta organização um representante da unidade nacional no que tange à educação e à instrução propriamente dita (ALMEIDA, 1989, p. 51).

Nessa época o ensino tinha como objetivo a educação moral, a instrução primária e os valores nacionais (valorização da pátria). Com o retorno da família real a Portugal D. Pedro I continua com o ideal de constituir uma sociedade culta e para isso o príncipe-regente começa a incentivar a abertura de escolas primárias.

O príncipe-regente permitiu a qualquer pessoa a abertura de escolas de primeiras letras, que na maioria funcionavam na própria casa do professor. Já os filhos das famílias ricas recebiam em suas casas os preceptores, para dar-lhes a noção das primeiras letras (NASCIMENTO, 2007, p. 195).

Com essa iniciativa de Dom Pedro muitas ações foram indicadas, mas poucas se tornaram concretas, pois a população ainda não havia despertado para o desejo pela instrução. A estrutura social desse período não contribuía para a concretização dessas ações, as cidades começavam a se desenvolver e a população começa a ser menos ruralista. No entanto, existiam poucos espaços educativos, poucos estavam preparados para atuar como professores e as pessoas não buscavam a formação educacional.

As aulas, nesse período de transição da Colônia para o Império, tinham lugar, além das preceptorais nas casas-grandes, em escolas confessionais – dos carmelitas, dos beneditinos e dos franciscanos –, onde alguns mestres leigos despreparados e uma maioria de professores religiosos desincumbiam-se da *ars docendi* de maneira medíocre e desarticulada. Os professores, praticamente sem nenhuma preparação mais específica para o magistério, ficavam dispersos, sem qualquer coesão sistemática (CASTANHO, 2004, p. 37).

Na transição do período colonial para o período imperial pouco se alcançou em relação as investidas educacionais. Educação era considerado um luxo

completamente desnecessário à grande parte da população. Poucas eram as necessidades de instrução, e quando elas existiam a instrução se dava no seio da família, ou até mesmo no seio do grupo social, sem uma instrução formalizada.

Com a Independência, virão à tona novas preocupações com a educação. Parecia necessário dar maior atenção ao problema da instrução elementar de forma imediata, a fim de ampliar a participação de brasileiros nas atividades do Império. Além disso, tornara-se uma tarefa importante preparar quadros para a burocracia do novo Estado independente: surgem os cursos jurídicos e, em seguida, impulsiona-se o ensino secundário com a criação do Colégio Pedro II. Logo após, durante o Primeiro Reinado e as Regências (1822-1840) são tomadas algumas medidas de grande importância em relação à educação popular (PAIVA apud CASTANHO, 2004, p. 45-46).

Com a independência brasileira surge a necessidade de promover a estruturação da educação. Nesse momento o processo educativo ganhou prestígio, principalmente em busca de constituir uma sociedade instruída. A Educação deve consolidar a soberania imperial com o desenvolvimento brasileiro. Cabia ao estado imperial constituir um modelo educativo, pois a instrução diz respeito ao exercício da soberania e da liberdade do povo.

Na primeira memória sobre a instrução pública, Condorcet apresenta três razões em defesa da tese de que "a educação pública deve se limitar à instrução". À parte a segunda razão atinente aos direitos dos pais e a terceira, referida à independência de opiniões, a primeira razão apontada diz respeito à diferença necessária dos trabalhos e das posses que impede que se dê à educação pública maior amplitude (SAVIANI, 2008, p. 122).

A educação pública deveria ser controlada diante do cenário político bastante tênue e frágil, por mais que buscasse uma emancipação do povo brasileiro perante o novo império, ao povo não poderia ser dada muita instrução, pois ela poderia abalar os princípios constitutivos de uma nação que estava sendo construída com frágeis alicerces de valores culturais e educacionais.

Nesse contexto a Educação precisava ser incentivada e desenvolvida, mas a falta de professores e recursos, o desinteresse da população pela educação, não contribuíam para o crescimento do processo de escolarização no período imperial. No período que vai de 1827 a 1834 poucos avanços foram registrados, pois a carência era geral, a instrução pública não havia encontrado pilares que pudessem solidificar o plano educativo nacional, porém em 1834 esse cenário começa a mudar com a aprovação do Ato Adicional.

O Ato Adicional de 6 de agosto de 1834 instituiu as Assembléias Legislativas provinciais com o poder de elaborar o seu próprio regimento, e, desde que estivesse em harmonia com as imposições gerais do Estado, caber-lhe-ia legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica local; legislar sobre a instrução pública, repassando ao poder local o direito de criar estabelecimentos próprios, além de regulamentar e promover a educação primária e secundária. Ao Governo Central ficava reservado o direito, a primazia e o monopólio do ensino superior (NASCIMENTO, 2006, s. p.).

Com a aprovação dessa legislação, o imperador promove uma das primeiras políticas de descentralização administrativa, as províncias tem o poder de consolidar a educação nacional por meio dos estabelecimentos de instrução primária, porém essa delegação foi “tiro no próprio pé” da instrução pública. Isso ocorreu, pois as províncias, em situação mais precária que o município da Côrte, não tinha condições de construir uma educação sólida e vigorosa. De acordo com Saviani (2006, p. 17):

Os Relatórios dos ministros do Império e dos presidentes de província ao longo do Império evidenciam as carências do ensino, o que permite concluir que o Ato Adicional de 1834, ao descentralizar o ensino transferindo para os governos provinciais a responsabilidade pela educação popular, apenas legalizou a omissão do poder central nessa matéria. Portanto, contrariamente a uma tendência bastante freqüente na historiografia educacional, não se pode atribuir ao Ato Adicional a responsabilidade pela não realização das aspirações educacionais no século XIX.

Desse modo, cada província passa a ser responsável pelos estabelecimentos de diretrizes e pelo funcionamento das escolas de ensino elementar e secundário. Entratanto, nesse período, o acesso à escolarização era precário tanto pela falta de infra-estrutura escolar quanto pela falta de educadores, assim, as províncias encontraram problemas para oferecer instrução aos habitantes das localidades mais distantes e isoladas.

“Para atender a demanda de docentes, saíram os decretos para criação das primeiras escolas normais no Brasil, com o objetivo preparar professores para oferecer a instrução de primeiras letras” (NASCIMENTO, 2006, s. p.). No ano de 1835 surge à primeira Escola Normal do país, em Niterói, em seguida foram criadas outras Escolas Normais na Bahia (1836), no Ceará (1845) e em São Paulo (1846). As Escolas Normais tinham como objetivo promover melhorias no preparo do docente para o exercício de sua atividade profissional. No início era destinada somente aos rapazes, 30 anos depois da sua criação que a Escola Normal de São

Paulo começa a oferecer cursos para as mulheres. Essas Escolas apresentavam diversas dificuldades, pois eram noturnas, faltavam professores qualificados e não existia a prática de ensino.

Com o objetivo de oferecer formação a população do país, em 1837 foi instituído o Colégio Pedro II na cidade do Rio de Janeiro que era o único autorizado pelo governo a fornecer o diploma de bacharel, necessário na época para o acesso aos cursos de nível superior. Nesse período o colégio de Pedro II “era freqüentado pela aristocracia, onde era oferecido o melhor ensino, a melhor cultura, com o objetivo de formar as elites dirigentes” (NASCIMENTO, 2006, s. p.). Nesse período “foram também criados nessa época colégios religiosos e alguns cursos de magistério em nível secundário, exclusivamente masculinos” (NASCIMENTO, 2006, s. p.).

No final do Império, o quadro geral do ensino era de poucas Instituições Escolares, com apenas alguns liceus províncias nas capitais, colégios privados bem instalados nas principais cidades, cursos normais em quantidade insatisfatórias para as necessidades do país. Alguns cursos superiores quem garantiam o projeto de formação (médicos, advogados, de políticos e jornalistas). Identificando o grande abismo educacional entre a maioria da população brasileira que, quando muito, tinham uma casa e uma escola, com uma professora leiga para ensinar os pobres brasileiros excluídos do interesse do governo Imperial (NASCIMENTO, 2006, s. p.).

Como legado o Império deixou um conjunto de instituições públicas para a formação das elites e uma formação precária para a maioria da população brasileira com professores sem formação adequada e instituições escolares sem infraestrutura para os alunos pobres. Até a Proclamação da República, em 1889 praticamente nada se fez de concreto para a efetivação da educação brasileira.

3 EDUCAÇÃO NO PERÍODO IMPERIAL NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

No período imperial as províncias possuíam uma situação econômica rudimentar, com base numa economia agrícola e um comércio inexpressivo localizado nas freguesias de maior número populacional. E com relação ao processo educativo a população não acreditava no potencial de emancipação a partir da educação, além disso, existia uma desconexão entre o discurso das elites governamentais e a situação das escolas que não possuía os recursos mínimos para o processo de ensino. Apesar das reformas ocorridas na educação brasileira e na educação espírito santense, a educação encontrava-se estagnada no período de 1854 a 1867.

Mesmo com a aprovação do Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 que aprova o regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte, que tanto influenciava a educação das províncias, e o Regulamento de 1861, que reformulava a educação no Espírito Santo não foram suficientes para promover mudanças significativas no cenário educacional.

Na província do Espírito Santo a população em 1827 estava em torno de 25.000 cidadãos livres, e desse montante a população escolar, em 1829 a população escolar era de 705 alunos. Em 1867 a população escolar era de 1.271 alunos e a população, em 1871, era em torno de 50.000 cidadãos.

No final da década de 1820, a porcentagem de população matriculada em escolas regulares era em torno de 2,8%, e no final da década de 1860 era em torno de 2,5% (GAUDIO, 2010). Assim, podemos mostrar a realidade educacional desse período em que o acesso à escolarização era precário em todo o país, não era diferente na província do Espírito Santo.

E para compreender como ocorria o ensino público na província do Espírito Santo utilizamos alguns relatos oficiais dos fins dos anos 1860. Inicialmente trazemos um trecho do relatório governamental do então presidente da província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, de 1866.

Este ramo do serviço pública se acha na Província em um atraso notável. No conciso, mas luminoso relatório appenso – apresentado pelo Dr. Director geral interino, encontrareis a descripção do seu movimento durante a minha administração. Não repetirei o que tem sido tantas vezes dito em idénticas occasiões. Niguem contesta hoje que a primeira necessidade dos povos livres é diffundir a instrucção na maior escala possível, e já não é problemático o que dessa diffusão poderá resultar de benefícios de todo gênero. Conhecendo a necessidade que tinha este ramo de serviço publico de um regulamento claro, breve e simples, em que estivesse delineada a sua direcção, e attendendo aos inconvenientes que resultão de ser elle regulado por disposições esparsas em diversos regulamentos, em parte revogados, pela diffivuldade do seu estudo e applicação, confeccionei um regulamento, para o que já tinha sido conveniente autorizado pela lei provincial n. 476 do 1º de Dezembro de 1864. Todavia como tive necessidade, afim de estabelecer a instrucção publica sobre bases sólidas, de exceder os limites da autorisação da lei citada, não promulguei logo, esperando a vossa approvação. Acha-lo-heis appenso a este relatório. É em grande parte extrahido de diversos regulamentos que consultei e especialmente do Regulamento da instrucção publica do Rio de Janeiro. Fazendo as modificações reclamadas pelas circumstancias peculiares á Província, julguei dever conservar as disposições que se achão autorizadas por uma experiencia esclarecida (ESPIRITO SANTO, 1866, p. 18-19).

Por meio desse relatório o presidente da província reconhece a necessidade de difundir a instrução na maior escala possível e destaca que é essa difusão resultará em benefícios para todos. Além disso, ele fala sobre o estabelecimento da instrução pública sobre bases sólidas, com isso, vemos a preocupação governamental com a promoção da educação, mesmo que somente no âmbito discursivo.

A realidade das escolas estava estampada nos relatórios inspetorias, nas correspondências que se trocavam entre a diretoria de instrução pública, as inspetorias e seus professores, como podemos observar no relatório do diretor interino Graciliano Aristides do Prado Pimentel de 20 de abril de 1866.

As causas desta notável estagnação, que não escaparão á intelligencia de V. Ex. e que tem sido além disto apresentadas, com pequenas variantes, nos relatórios a que me refiro, julgo que em rigorosa synthse, podem ser redusidas á ter.

- 1º Incapacidade dos professores
- 2º Insufficiencia de vencimentos
- 3º Frouxidão na inspecção.

Sei os incovenientes que affronto fallando com esta franquesa; mas – devo-a à V. Ex. que me honrou confiando-me o exercio interino do cargo de inspector das aulas, e devo-a também á Província, que não pode erguer-se á altura á que pode aspirar entre as outras Províncias do Império, em quanto não se levantar o thermometro da sua civilisação.

Os dous primeiros males, com V. Ex. sabe perfeitamente, são correlativos. – É impossivel obter bons professores com minguidos vencimentos. Ninguem há, por certo, que tendo algumas habilitações e podendo ganhar suavemente, e sem a immensa responsabilidade moral que pesa sobre o professor, oitocentos mil reis ou mias em um emprego de

Secretaria ou de Fazenda, se vá sugeitar á ganhar seis centos mil réis ou menos no difficil e ingrato mister de pedagogo.

Seria preciso para isto uma d'essas vocações não vulgares, que constituindo excepções rarissimas, não podem servir de base a um calculo exacto. [...]

Julgo também conveniente que, á imitação de outras Províncias, os professores sejam premeados com uma quantia, que pode ser de dez mil réis, por cada alumno que apresentarem perfeitamente preparado nas matéria que segundo o regulamento, forem marcadas para o ensino primário.

Em ultimo logar e como uma animação mais aos professores, julgo de utilidade que a Assembleia Provincial auctorise a Presidência á conceder uma pensão ás familias dos professores, que por mais de dez annos de tiverem mostrado distinctamente zelosos no cumprimento de seu deveres, e que as tiverem deixado por sua morte redusidas á miséria, não devendo todavia esta pensão exceder á metade de ordenado que percebiam os professores [...]

Deus Guarde á V. Ex. – Directoria Geral da Instrucção Publica, 20 de Abril de 1866. Illmo^o Exm^o. Sr. Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, M. D. Presidente desta Provincia. O Director interino – Graciliano Aristides do Prado Pimentel (ESPIRITO SANTO, 1866, APENDICE, p. 40).

O diretor Graciliano destaca inicialmente três problemas no processo educativo, a saber: a incapacidade dos professores, a insuficiência dos rendimentos e a frouxidão na inspeção. E complementa dizendo que os dois primeiros males são correlativos, pois é “impossivel obter bons professores com minguados vencimentos”. E ainda sugere que a Assembléia Provincial concedesse uma pensão as famílias dos professores que fossem zelosos no cumprimento de suas tarefas.

As propostas do diretor para a melhoria no ensino público custavam muito aos cofres provinciais que não tinham recursos para implementar essas ações, talvez por isso o fracasso dos investimentos na educação pública. No relatório do ano seguinte, quando passa a administração da província para seu vice, Carlos de Cerqueira Pinto esse discursa:

Sinto ter de repetir o que tem sido dito por todos os meus antecessores, e que eu mesmo tive occasião de dizer ao abrir a sessão da Assembléa Provincial do anno proximo passado, isto é, que a instrucção publica da Provincia do Espirito Santo acha-se em pessimo estado. Ao Relatorio por mim apresentado n'essa occasião juntei um plano de reforma para este ramo de serviço publico, mas a Assembléa ainda não approvou; é de crer que mesmo este anno não o possa fazer, visto a quantidade de trabalhos atrasados que existem no seu archivo (ESPIRITO SANTO, 1867, p. 5).

Esse discurso de Carlos de Cerqueira reintera as péssimas condições da instrução pública da Província do Espírito Santo, ele até sugere um plano de reformas, porém diz que a Assembléia ainda não aprovou e que não aprovaria tão cedo devido a quantidade de assuntos pendentes. Este vai ser mais um projeto de reforma que vai ser arquivado.

Ainda temos o discurso de Chaves que continua pontuando a questão regulamentar como se alterar leis produzisse algum resultado na prática. Essa era uma maneira de camuflar o “não feito”, e os resultados que os governantes não se cansavam de apresentar como insatisfatórios. Podemos observar novamente esta postura no discurso do presidente Carlos de Cerqueira Pinto, que segue:

Este importante ramo do serviço publico não está convenientemente organizado. Fareis um assignalado serviço á provincia com a adopção de uma lei de instrucção publica que a regularise, parcendo-me que a sorte do professorado seja melhorada, como bem pondera o respectivo Director no seo relatório, para o qual chamo a vossa attenção, sem pretender entrar no desenvolvimento de tão elevado assumpto (ESPIRITO SANTO, 1867, p. 18).

Finalizando esta reflexão trazemos um recorte do jornal Correio da Vitória de 15 de agosto de 1870, onde o então presidente Antônio Dias Paes Leme, tece considerações sobre a instrução pública dando continuidade ao relatório do diretor geral Fernando Affonso de Mello, buscando justificativas para o insucesso deste ramo da administração provincial.

INSTRUCÇÃO PÚBLICA

Sobre este importante ramo de serviço publico offereço-vos o relatório do Dr. Director Geral Fernando Affonso de Mello; é completo e cheio de justas reflexões na conta que dá do estado actual do ensino na provincia, e com o talento e zelo que o distinguem, conheceu elle logo no pouco tempo, que exerceu o logar, as chagas deste importantíssimo ramo da administração, indicando os remédios, senão para cural-o, ao menos para suspender o progresso do mal. (Annexo nº 3).

Eu continuarei do ponto em que elle terminou o seu interessante trabalho abstando-se de formular medidas sobre a reforma decretada pela assembléia legislativa transacta; só a mim me cabe a responsabilidade dessa omissão, que julgo justificada nas razões, que se seguem.

A reforma decretada trazia transformação completa do systema de ensino; creava o ensino obrigatório, par ao qual não sabia eu então, pelo pouco tempo de minha administração, se a provincia estaria preparada, não só em relação aos recursos de seus habitantes, como também ao estado geral do espirito da população. Cabia-me assim fazer o novo regulamento; mas para mudança tão radical não devia ser eu precipitado, (era trabalho

serio em que tinha de estabelecer certas penas); por isso entendi mais prudente adial-o para depois da viagem, que mencionei fazer pela província.

Não me arrependo pois desse prudente alvitre. Em uma província como esta, em que a população está tão derramada pela vasta exteção de seu território, em que quase não há centros populosos, senão pequenas villas e essas habitadas por pobreza, que tem seus filhos na maior parte do tempo empregados nos serviços dos primeiros misteres da vida ou trabalho dos campos, como obrígal-a a enviar os meninos as escolas? Como exigir mesmo que os roceiros a quatro, seis e mais léguas distantes da escola do povoado enviem seus filhos a ella? Como impor-lhes finalmente, quando o não façam, pesadas multas? Seria por demais obliquio!

E nem se poderá dizer, que para esses há o auxilio do art. 32 da resolução provincial nº 32 do anno de 1969, porque o art nº 34 exigio um fiador pelo dobro da quantia, que receber-se, nullifica completamente aquelle artigo. Realmente quem será em nossa sociedade o fiador dos pobres? ! E não achando fiadores, como obrígá-los? Erão por certo difficuldades insuperáveis para o regulamento, que eu tinha que confeccionar. Porém, quando tudo isso fosse possível, seriam os recursos da província sufficientes, para fazer face a tal despesa? Considerou bem o legislador no numero dos meninos, que estivessem no caso de receber o subsidio? Tenho tido occasião de verificar nas diversas escolas, que visitei, que mais de dous trecos dos matriculados raras vezes comparecem em consequência da penúria de seus Paes.

Portanto affirmo, que mais da metade da renda da província seria pouca, só para o ensino primário! E deu por ventura o legislador fundos necessários á presidência para os primeiros gastos? Certamente não!

Á vista disto não julguei dever pôr em execução a lei, achando mais acertado esperar a reunião da assembleia legislativa provincial, para que ella reconsiderando matéria tão importante providencie de outra forma, ou habilite a presidência com fundos precisos.

A falta de meios traz sempre a impossibilidade da execução de qualquer medida.

Ha mais um outro defeito da lei, par ao qual chamo a attenção de V. Ex. e da mesma assembléia, e é a afalta de centro na direcção do estudo.

A divisão dos districtos de instrucção acho conveniente, porque actualmente a acção do director geral de instrucção publica não se pode exercer por toda a parte; as extremas da província ficam fora de sua inspecção com prejuízo; mas julgo, que o próprio inspector do districto da capital póde, além disso, exercer o logar de director da instrucção com attribuições mais latas e remuneração mais elevada, constituindo-o desta sorte o centro de toda a organização do ensino publico.

Em geral a lei contem disposições aproveitáveis; mas eu entendo, que sendo modificada no sentido já apontado e em um ou outro ponto, que a sabedora da assembléia julgar melhor, satisfará ella ás urgentes necessidades da instrucção publica. Não terminarei esta parte de meu relatório, sem chamar a attenção de V. Ex. para o pessoal das escolas do ensino primário do sexo masculino; por quanto he o peor possível com raríssimas excepções. E a elle em máxima parte faço responsável pelo pouco aproveitamento dos alumnos; porque em geral achei mais methodo, ordem, disciplina, applicação e até desembaraço no ensino do sexo feminino, em virtude de serem professoras mais habilitadas, principalmente as da villa do Itapemirim, de Vianna, Santa Cruz e Barra se S. Matheus, cujas escolas inspecionei, e tive occasião de apreciar então o

aproveitamento de suas alumnas. (Continúa) (CORREIO DA VICTORIA, 1870, p. 2-3).

Com as considerações de Paes Leme podemos observar mais uma vez como os governantes da província do Espírito Santo relatavam sobre a necessidade de reformar o sistema de ensino, mas o próprio presidente destaca que a província não estaria preparada para as reformas “não só em relação aos recursos de seus habitantes, como também ao estado geral do espírito da população”, sendo assim, ele adia mais uma vez a aprovação das reformas educacionais.

Paes Leme ainda destaca que os recursos da província são insuficientes para promover às reformas necessárias a educação “[...] seriam os recursos da província suficientes, para fazer face a tal despesa?” E verifica que nas escolas que visitou os alunos matriculados não comparecem as aulas em consequência da situação de penúria dos pais. E afirma que mais da metade da renda da província seria pouca, só para o ensino primário. A questão da falta de recursos estava mantida no discurso do presidente Paes Leme. A ele cabia apenas apontar que a lei que estava em julgamento seria proveitosa no sentido de melhorar a inspeção da educação para que dela desfrutasse melhores resultados.

4 AS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Durante a transição de colônia para império existem poucos registros sobre o processo educativo na província do Espírito Santo. Acredita-se que o sistema de aulas régias ainda era o vigente, com toda sua precariedade. Segundo Oliveira (1975, p. 285), a primeira escola criada foi registrada por Basílio Daemon.

[...] a escola foi instalada aos catorze de setembro de 1824, em uma das salas do antigo Colégio dos jesuítas, assistindo ao ato, além do presidente da Província, o comandante das Armas e pessoas gradadas. A dezoito de março daquele mesmo ano, Inácio Accioli oficiava ao governo central informando ter chegado a Vitória o sargento Almeida Ribeiro, designado para reger uma aula de ensino mútuo, não só para instrução da tropa como também, de particulares que dela se quisessem aproveitar. E como o governo desejasse incrementar a instrução, pretendia - ele, presidente - "convocar alunos de todas as Vilas desta Província, que tenham meios de vir à capital". Concluía pedindo os utensílios precisos para o funcionamento da classe.

Essa primeira instituição escolar instalada em terras capixabas tinha como objetivo promover a instrução das tropas e de todos os que estivessem interessados em aprender, além disso, o presidente pretendia convocar alunos das vilas para participar das aulas. As escolas de primeiras letras, vagarosamente estavam sendo criadas na província do Espírito Santo como nos mostram os registros de Vasconcellos (1828, 1978, p. 43), em documento escrito em 1828, registrou-se a existência de que: "Há 5 professores de 1as. Letras na Província incluzos 2 na Cidade dos quaes há creado em 1824 ensina pelo sistema Lencastriano, e tem discípulos 36 e não obstante a sua excelência nem há tem sahido prompto".

Esse registro nos mostra a ineficiência do ensino, pois a classe foi criada em 1824, e após quatro anos nenhum aluno tinha se formado. Além disso, vemos o descaso político para com a formação social na estrutura pública oferecida a população:

Não há estabelecimento algum de recreio, nem Militar, nem Seminário, nem Cazas de Educação; há unicamente hua Aula de Gramática Latina na Capital em que se dão lições d'esta língua demanhã, e detarde nos dias não feriados, e tem treze Alunos (VASCONCELOS, 1828, 1978, p. 44).

Nessa época da criação das escolas de primeiras letras a vida social na província capixaba devia ser limitada à uma rotina sem movimentações ou articulações culturais, tendo em vista que os espaços públicos não proporcionavam o desenvolvimento de uma população com cultura.

O acesso aos bens culturais era restrito a elite, que no caso do Espírito Santo era um grupo pequeno e empobrecido devido às condições materiais da província. A Província do Espírito Santo foi criada por Dom João VI no ano de 1809, essas terras contavam com uma pequena parcela de população concentrada na orla marítima nas cidades que haviam sido fundadas pelos jesuítas.

E com relação ao quadro sobre as escolas primárias fundadas pelos jesuítas nesta província, e até o ano de 1840 ainda estava em atuação: “1 escola em Nova Almeida (Reis Magos); 1 escola em Barra Seca; 2 escolas (masculina e feminina) em Benevente; 2 escolas (masculina e feminina) em São Matheus; e 2 escolas (masculina e feminina) em Vitória” (ALMEIDA, 1989, p. 70).

E ainda no final da década de 1840, podemos ver indícios de que o Espírito Santo ainda não havia crescido e a sociedade deste lugar estava empobrecida. Inicialmente pela necessidade da distribuição de livros didáticos por parte do governo para alimentar o processo educativo da população:

Remeto a Vossa Mercê doze exemplares da obra intitulada Tesouro de meninos para serem distribuídos por igual nº de meninos que se distribuirão nos exames aqui se procedem no dia 21 de Dezembro do anno próximo passado. Deus Guarde a Vossa Mercê. Palácio do Governo na cidade da Victoria em 14 de julho de 1848. José Francisco de Amora de Almeida e Monjardim. Sr^a Professora de Aula publica de meninas desta Cidade (ESPÍRITO SANTO, 1848-1855, p. 35).

A obra remetida, “Tesouro de Meninos”, segundo Sena (2010, p. 256) foi escrita pelo francês Pierre Blanchard, tem texto com linguagem simples, para pessoas simples. Talvez esta tenha sido a motivação de utilizá-lo em escolas, principalmente primárias, onde os alunos pouco sabiam e precisavam, aos poucos, ir se tornando civilizados, pois eram crianças, e no pensamento da época, precisavam ser docilizados. Mesmo assim não podemos descartar a possibilidade deste ter sido utilizado pelas famílias, fora da escola, na educação doméstica de seus filhos.

Nessa mesma categoria temos em outro documento a distribuição de verba para a compra de compêndios para meninos pobres. “Ao mesmo, para entregar ao professor de instrução primaria da villa do Espírito Santo a quantia de 20\$000 réis, a qual tem de ser applicada a compra de compêndios para os meninos pobres” (CORREIO DA VICTORIA, 1849, p. 1). Na publicação não temos a identificação desses meninos pobres, não sabemos quem são, mas o recurso é entregue ao professor, ele é o responsável por comprar os compêndios.

O presidente da província registrando o desacerto com a Educação deve ter promovido movimentos de expansão do projeto educativo, pois outros registros nos apontam um quadro um pouco diferenciado.

A correspondência ativa do presidente Inácio Acioli com o Governo central fala bem do carinho que os problemas do ensino mereceram de sua administração. [...] É de 1829 – antes de deixar o governo da Província – uma relação das aulas existentes em todo o território capixaba enviada a José Clemente Pereira, à época ministro do Império, por Acioli Vasconcelos.

O documento revela a existência – em toda a Comarca – de vinte e sete estabelecimentos de ensino, dos quais onze públicos, assim distribuídos: de latim – três, um dos quais vago e o terceiro destinado a meninas; de primeiras letras – oito, dos quais dois vagos e um fechado; os dezesseis particulares compreendiam quinze de primeiras letras e um de latim. A população escolar subia a setecentos e cinco cabeças, sendo que a maioria cursava as aulas particulares (OLIVEIRA, 1975, p. 298).

Com essa citação de Oliveira podemos ver um panorama de como estava à educação capixaba. A província possui vinte e sete estabelecimentos de ensino, dessa quantidade onze eram públicos e dezesseis privados, sendo que alguns estabelecimentos estavam vagos e um deles estava fechado, provavelmente por falta de professores ou falta de alunos. A instrução, que deveria ser pública, está em sua maioria nas mãos de escolas privadas, por meio de aulas particulares, aparentemente sem inspeção direta do governo provincial.

Impressiona e comove o volume da correspondência expedida pela Administração espírito-santense para o Governo geral, no decorrer da segunda metade do século passado. Ela traduz o anseio do povo em busca do aprimoramento intelectual da mocidade, incentivando os governantes a procurarem solução para o problema crônico de todo o Brasil. Mas reflete, também, o obstinado empenho do Imperador em divulgar a instrução por todas as classes da coletividade nacional. Na Província, a carência de mestres era justificada pela "pobreza de pessoal e a insignificancia dos ordenados com que são gratificados os Professores Publicos – obstáculo permanente ao melhoramento d'este tão importante ramo da Administração" (OLIVEIRA, 1975, p. 357).

Oliveira ainda descreve que o povo buscava por melhorias na instrução, pois existia uma grande quantidade de correspondências sendo trocadas entre os governos provinciano e imperial com objetivo de buscar soluções para a educação. E na província a falta de profissionais da educação era justificada pela pobreza de pessoal e pelos baixos salários, prejudicando, assim, o desenvolvimento desse importante ramo da administração pública.

[...] Costa Pereira Júnior enumerou e, corajosamente, explicou: "Grande extensão de territorio e faltas de vias de cotnmucação que impedem a frequencia de muitos alumnos a quem por serem pobres fallecem meios de transporte ou de se estabelecerem perto das escholâs. Preconceitos arraigados na população, pouco ou nenhum apreço que muita gente das classes menos cultas dá a instrucção considerando-a como inutil para haver subsistencia e abastança. Pobreza de grande parte da população o que leva os pays a distrahirem muitas vezes seos filhos da eschola para empregal-os como auxiliares no serviço de que subsistem especialmente na occasião das colheitas. Falta de inspecção activa, constante é vigorosa" (OLIVEIRA, 1975, p. 357).

Costa Pereira Júnior (apud Oliveira, 1875) nos apresenta corajosamente o desinteresse da população pela educação, primeiro ele fala sobre a infraestrutura local que dificulta o acesso dos alunos as escolas devido as grandes distâncias que são necessárias para se chegar a escola. Depois destaca os preconceitos enraizados nnas classes menos cultas que consideram a instrução como desnecessária devido a suas condições materiais insuficientes, com isso, os pais tiram os filhos da escola e os levam para auxiliar na colheita. Talvez a questão não fosse apenas à falta de recursos, como podemos observar no relato que segue do Jornal Correio da Victória, de 15 de agosto (1857, p. 3):

A VIAGEM DO EXM. SR. PRESIDENTE AO SUL DA PROVÍNCIA

O município de Itapemirim é um dos mais florescentes, ricos, e importantes da província. Ou porque os terrenos sejam ali mais férteis e próprios á cultura da canna, e do café; ou porque fazendeiros abastados, e empreendedores se tenham estabelecidos em seus sertões, até então desabitados e facultos, ou em rasão do desejo de distinguir-se, que forma o caracter peculiar dos Itapemiriaenses, o que he verdade he que aquelle município caminha a passos largos para um futuro risonho, esperançosos, e mesmo brilhante. A instrucção publica não podia ser indifferente a S. Ex., que sabe ser ella a base em que assenta o verdadeiro progresso. Entre nós infelizmente é péssima, acanhada e mal dirigida a instrucção. Gastamos dinheiros com tudo quanto diz respeito aos melhoramentos materiaes, porem o ensino, a instucção ahi ficão como d'antes, entregues á ignorância, ao abandono, e ao desleixo... Quando assim nos pronunciamos, não queremos incluir na generalidade das mãos professores alguns que

cumprem seus deveres, e que sabem aquilo que ensinão. Para estes temos sempre uma palavra de aprovação e de elogio... S. Ex. estando na villa, não quis deixar de examinar a escola, e de recommendar ao respectivo professor todo zelo no cumprimento da árdua tarefa que tem á seu cargo; – dirigir a mocidade, plantar no coração da nova geração os germens de moralidade, de patriotismo, e de todas as virtudes Moraes e sociais, é, alem do ensino das 1as letras, o primeiro e mais importante dever do professor. S. Ex. recomendou muito particurlamente o ensino da doutrina christã, como parte integral da instrucção publica. Consta-nos que S. Ex. pretende lá para o fim do anno mandar proceder exames em todas as escolas, o que é uma medida de máxima conveniência e utilidade (CORREIO DA VICTÓRIA, 1857, p. 3).

Nesse registro averiguamos a necessidade de inspeção, segundo o relato do presidente, o município de Itapemirim era próspero, porém a instrução era péssima, acanhada e mal dirigida, ou seja, existiam os recursos, mas eram mal aplicados, e a instrução estava entregue à ignorância, ao abandono, e ao desleixo. Confiavam ao professor a responsabilidade sobre a qualidade no ensino, com destaque para a moralidade, patriotismo, além das primeiras letras e da doutrina cristã, no entanto, não vemos uma preocupação com a adequada remuneração dos educadores.

Temos ainda o relatório governamental de Antonio Rodrigues de Souza Brandão (apud ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 1), diretor de instrução pública que nos apresenta um desabafo sobre a situação da instrução pública:

Se nas províncias mais adiantadas, resta ainda muito por fazer-se quanto á intrucção publica, o que direi eu d'esta província onde apezar das medidas dos regulamentos e dos esforços dos antecessores de V. Ex. força é confessar, como já tenho dito a honra de declarar a essa presidência, que fora mister cerrar os olhos á evidencia para deixar de reconhecer que mui pouco satisfctorio e lizongeiro e o estado em que se acha a instrucção n'esta província.

Brandão declara que a província do Espírito Santo está atrasada mesmo com as medidas apontadas em regulamentos e com os esforços dos outros presidentes, posteriormente ele “acusa” os presidentes anteriores de “cerrar os olhos” para as os problemas e dificuldades da instrução pública.

Outro relatório apresenta de maneira detalhada o estado da instrução pública de Villa de Guarapary, na visão de um inspetor de ensino, apresentando as especificidades do processo de escolarização no município.

Relatório sobre o estado da instrução publica no Município da Villa de Guarapary.

A instrução e educação primária n'este município estão em proporção á instrução dos Professores; d'aqui o resultado de longa data não sahir um alumno plenamente instruído ou educado. Mas á meu ver esse defeito é orgânico, e talvez irreversível.

O ensino voluntario é pouco admittido pelos Pais de família, que (com raras excepções) além de insolentes e indifferentes pela educação intellectual e moral dos filhos, preferem applical-os nos misteres de casa ou nos trabalhos de lavoura.

Duas escolas devião ser supprimidas, não só por serem as Povoações onde ellas estão collocadas ou antes creadas pequenas, e quase sem meninos, como ficam distantes de outros lugares onde existem espalhados alguns meninos, dão ellas as de 2ª classe do sexo masculino das Povoações d'Aldeia Velha e do Perocão.

Uma Escola de 2ª classe do sexo masculino devia ser creáda na Povoação de Meahype; não só por estar esta Povoação duas léguas distante da Villa e d'aquella Povoação D'aldeia Velha; como por ser uma Povoação grande e com muitas creanças por terem ou antes receberem a educação intellectual e moral; a criação dessa Escola pelo poder competente é de summa utilidade e de rigorosíssima justiça. Existem actualmente creadas três cadeiras de instrução primaria para o sexo masculino, sendo duas de 2ª classe, e uma de 1ª; das quáes esta funciona na Villa, e as duas primeiras nas Povoações D'aldeia-Velha e Perocão.

Existe creáda para o sexo feminino uma cadeira n'esta Villa.

Dos mappas appenas se vê mesmo de alumnos que freqüentarão as referidas cadeiras e os nomes dos Professores que as regem: a bem assim a quantidade de moveis de cada Escola, com a informação sobre o seu estado e finalmente o orçamento das despêsas necessárias com o material das Escolas.

Eis assim as reflexões que ainda estão sob a pressão da dôr pela irreparável perda de meu Pai deixo escriptas em cumprimento do que me é ordenado pelo § 11 do art.º 14 do regulamento de 22 de junho de 1859.

Para qualquer lacuna appellarei para a indulgencia e illustração devidos.

Inspectoria Municipal da Villa de Guarapari, 29 de Março de 1868.
Inspector Municipal Reitor Geral de Instrução Publica de Professores do Espirito Santo (ESPÍRITO SANTO, 1870-1877, p. 28-29).

O inspetor inicia seu relatório revelando que a qualidade da instrução é proporcional à qualidade dos professores: péssima e vai além acredita que esse defeito é orgânico e irreversível. Num segundo momento ele afirma que as famílias não apresentam disposição para enviarem seus filhos à escola, e acabam colocando os filhos para trabalharem, pois não acreditam que a educação possa ser interessante na formação dos mesmos.

Posteriormente esse inspetor apresenta a situação de duas escolas em povoações que deveriam ser fechadas, pois estão localizadas em áreas distantes e contava com poucos alunos. E destaca a necessidade de criação de uma escola de segunda classe na Povoação de Meahype por ser uma povoação grande e com muitos estudantes.

E por final cita o “mappa” da escola onde estão registrados a freqüência dos alunos a relação dos professores, a quantidade de móveis e seu estado de conservação, e o orçamento das escolas. Esse mappa revela não apenas dados informativos, ele também apresenta a indignação de um profissional que tem como função inspecionar o processo de ensino.

Diante disso, o que os discursos provinciais oficiais estão apontando é que os esforços para a melhoria da Educação acontecem, mas não são suficientes para modificar o cenário educacional no período imperial. Podemos constatar que o ensino primário público não se desenvolveu de maneira satisfatória na província do Espírito Santo. As escolas continuavam em situações precárias, os professores ainda eram considerados culpados pelos resultados insatisfatórios, os pais culpados pelo descompromisso com a educação. E o governo central tentava mudar essa realidade das províncias, porém sem sucesso.

5 MATEMÁTICA NAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS DO ESPÍRITO SANTO

Nesse capítulo iremos desenvolver um estudo sobre o ensino de matemática nas escolas de primeiras letras na província do Espírito Santo. Para formar uma população civilizada o projeto educativo era um fundamento básico. “Como uma invenção imperial, em grande parte dos discursos a aprendizagem da leitura, da escrita, das contas, bem como a frequência à escola se apresentava como fator condicional de edificação de uma nova sociedade” (VEIGA, 2008, p. 502). E para construir essa nova sociedade era necessário que o povo conhecesse alguns conteúdos acadêmicos que seriam aprendidos na escola.

Assim, em 17 de Setembro de 1851 é aprovado o Decreto nº 630 que regulamenta a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte, assinado por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, o ensino escolar ganharia um caráter um pouco mais amplo, estendendo o conteúdo acadêmico a aplicações práticas e cotidianas.

Art. 47. O ensino primario nas escolas publicas comprehende:

A instrucção moral e religiosa,

A leitura e escripta,

As noções essenciaes da grammatica,

Os principios elementares da arithmetica,

O systema de pesos e medidas do municipio.

Póde comprehender tambem:

O desenvolvimento da arithmetica em suas applicações praticas,

A leitura explicada dos Evangelhos e noticia da historia sagrada,

Os elementos de historia e geographia, principalmente do Brasil,

Os principios das sciencias phisicas e da historia natural applicaveis aos usos da vida,

A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de musica e exercicios de canto, gymnastica, e hum estudo mais desenvolvido do systema de pesos e medidas, não só do municipio da Côrte, como das provincias do Imperio, e das Nações com que o Brasil tem mais relações commerciaes (BRASIL, 1854).

De acordo com esse artigo do Decreto nº 630/1851 a organização do ensino compreendia "a instrução moral e religiosa, a leitura e escrita, as noções essenciais de gramática, os princípios elementares de aritmética, o sistema de pesos e medidas do município", a serem desenvolvidos nas escolas públicas primárias.

Esse currículo básico poderia compreender também: o desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas, a leitura explicada dos evangelhos e notícias da história sagrada, os elementos de história e geografia do Brasil, os princípios das ciências físicas e da história natural, aplicáveis aos usos da vida.

Além da geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercícios de canto, ginástica e um estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do município da Corte, como das províncias do Império, e das Nações com que o Brasil estabelecia relações comerciais. Valente (1999) aponta uma discussão sobre a existência da geometria no ensino primário, que segue resumidamente:

De fato, o que vai ocorrer é que a escola primária, conhecida como de primeiras letras, terá seu conteúdo definido como escola de aprender a ler, escrever e contar. Entendendo-se por "contar" o conhecimento das quatro operações fundamentais da Aritmética. A Geometria, como já havia objetado o Arcebispo da Bahia, deveria ser reservada ao ensino secundário (VALENTE, 1999, p. 113).

Na província do Espírito Santo, temos o "Regime interno das escolas: para se observar provisoriamente" instituído a partir do Regulamento de 1848, também elaborado e assinado por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz o ensino de matemática era muito simplório constituído a partir das discussões políticas do início do período imperial, como podemos observar em um trecho publicado no Jornal Correio da Victória de 28 de outubro de 1849.

[...] Na 3ª sala estão em 1º banco os que estudão a grammatica nacional, e a aritmética mercantil em 1as operações: no 2º banco os que estudão a grammatica, proporções arithmeticas e geométricas: no 3º banco os que continuão nestes mesmos exercícios e com especialidade na syntaxe, orthografia, elementos de geographia, e historia. Victoria 28 de outubro de 1849. – O director, Luiz da Silva Alves d' Azambujo Susano (CORREIO DA VICTÓRIA, 1849, p. 2-3).

No que se referem aos conteúdos da matemática os alunos estudavam sobre a aritmética mercantil em primeiras operações e as proporções aritméticas e geométricas. E no relatório do presidente Pedro Leão Velloso (1859) temos a determinação dos conteúdos a serem ensinados nas escolas de primeiras letras e sua organização entre as classes.

Adoptando a idea consignada no art. 1º da lei Franceza de 28 de junho de 1833, que a copiou da respectiva lei Prussiana, e está hoje geralmente aceita, o nosso regulamento dividio as escolas em duas classes, ensinando-se nas de primeira classe: – a leitura, a escripta, os rudimentos de grammatica de língua nacional, a theoria e pratica da arithmetica até proporções inclusive, as noções geraes de geometria pratica, a moral christã, e a doutrina da religião do estado; nas de segunda classe: – o mesmo, excepto a geometria, e limitando a arithmetica á teoria e pratica das quatro operações dos números inteiros (ESPÍRITO SANTO, 1859, p. 48-49).

Cabe destacar que a divisão de classes, que apresenta o presidente Velloso, não é a mesma do regimento de Coutto Ferraz. No regimento todas as escolas possuem a mesma constituição independente da localidade que estão situadas ou da quantidade de alunos. No caso da escola apoiada na lei francesa, a primeira e a segunda classes são categorias diferentes de acordo com o nível de conteúdos a serem ensinados nas escolas primárias.

No tocante ao ensino da matemática, as escolas de primeira classe deveriam ensinar teoria e prática de aritmética até propoções inclusive, as noções gerais de geometria prática. Ressaltamos que estas escolas, estavam estabelecidas em lugares de população mais volumosa, consequentemente regiões mais urbanizadas.

Já as escolas de segunda classe, onde o grupo de alunos em estado de aprender estiver na faixa de 20 alunos, deveria ser ensinado o mesmo conteúdo com exceção da geometria e limitando a aritmética a teoria e prática das quatro operações dos números inteiros.

No entanto, o descaso das autoridades locais com a educação era notório, e também dos pais com seus filhos, pois eles deixavam de mandá-los à escola para que pudessem desenvolver atividades domésticas e/ou no campo. No caso do campo essa prática era ainda mais comum. Isto posto, justifica-se a pequena

quantidade de conteúdos destinados a estas escolas, pois provavelmente acreditava-se que se a escola fosse “difícil” aos alunos, que já não tinham muito gosto por elas, não a frequentariam e/ou desistiriam dela com facilidade.

Outro ponto que cabe destacar é a falta de cultura acadêmica da população porque os alunos deveriam chegar às instituições de ensino sem nenhum conhecimento, pois seus pais, na maioria dos casos, não tinham a oportunidade de estudar. Diante dessa realidade como pensar numa escola primária que tenha um largo aprendizado em matemática, se os alunos nem sabem ler? Faria Filho (2000, p. 140) relata, a partir de um documento de 1839:

Certa ocasião, um professor fez as contas e chegou à conclusão de que com uma jornada de 4 horas diárias de aula, mesmo [...] “supondo uma multidão de circunstâncias favoráveis, que nunca jamais se podem encontrar, temos que, no sistema individual, cada aluno tem por dia 4 ½ minutos de lição de leitura, 3 de escrita e ½ de cálculo”.

Nesse relato de Faria Filho podemos analisar o processo de aquisição da leitura, escrita e cálculo, com o pouco tempo de dedicação aos estudos a formação desses alunos era muito deficitária, daí podemos concluir que a matemática e/ou a aritmética pouco deveria ser trabalhada. Não observamos nenhum indício de ensino de geometria, mas declaradamente existia a solicitação de material para prática de aritmética. Continuando seu relatório o Dr. José Ortiz, professor da 2ª cadeira de instrução primária de Vitória, relata:

Com os de 3ª categoria tenho envidado e continuo a envidar todas as forças que me dão a vocação e amor á profissão que exerço. E muito me ufano em poder affirmar a V. S. que d'entre elles alguns de 8 e 11 annos de idade apresentão soffrivel instrucção nas matérias seguintes: [...] 9º mostrar na taboada de multiplicar as quatro espécies fundamentais e de arithmetica; 10º ler e escrever numeros com com algarismos, dando a razão do valor de cada um; 11º ler e escrever numeros com letras de conta romana e do alphabeto; 12º definir o que ãe somar e applicar a definição a qualquer exemplo dado; 13º praticar a 1ª operação de arithmetica; dizer os nomes dos números que a compõe; e tirar a prova dos 9 fora e as duas provas reaes; 14º pesos e medidas [...] (ESPÍRITO SANTO, 1861, APENSO, p. 4-3).

No relatório do Dr. José Ortiz, podemos observar que o professor tem se esforçado, com alunos de sofrível instrução, o conteúdo básico de aritmética, extendendo-se ao sistema métrico, limitado aos pesos e medidas. Concluimos que talvez Valente (1999) estava certo em sua argumentação, que a geometria restringia-se para um nível de ensino mais avançado, o secundário, que na província do Espírito Santo só existia na capital.

Ao nível primário o conteúdo restringia-se, pela natureza do ensino, à aritmética sua teoria e aplicações, e aos pesos e medidas. Nas inquirições feitas pelo Imperador, na sua visita, em 1860, vimos que a aritmética se comportava nas escolas de forma mais teórica do que prática, ainda com muita dificuldade.

[...] a matemática a ser ensinada no primário: sobretudo as quatro operações fundamentais da aritmética. A geometria não deve integrar os ensinamentos rudimentares da matemática na escola de primeiras letras. O contar fica ligado diretamente ao aprendizado das tabuadas que sintetizam as operações de soma, subtração, multiplicação e divisão (VALENTE, 2006, 2010, p. 3372).

Nesse texto Valente resume discussões em que os políticos da época buscavam definir os conteúdos de matemática que seriam ensinados nas escolas primárias de primeiras letras e esses conteúdos deveriam ser restritos às quatro operações fundamentais da aritmética (soma, subtração, multiplicação e divisão). Segundo Zuin (2007, p. 271),

No século XIX, em muitas escolas, era prática comum, que os alunos levassem os livros que tinham em casa e não os adotados pelos professores. Sendo a tabuada uma publicação de baixo custo e que incluía uma parte inicial da aritmética, era valorizada pelos pais. Por estes motivos, julgamos que a Tabuada ou Princípios de Arithmetica e Systema Métrico passou pelas mãos de alunos e professores, tendo influência no ensino e aprendizagem do novo sistema metrológico.

Na busca por instrução rudimentar em matemática, a fim de resolver cálculos domésticos ou comerciais de baixa complexibilidade, a população recorria às tabuadas. Estas eram vendidas em tipografias a baixo custo, além de servir ao propósito escolar, acreditamos que a tabuada tenha sido utilizada pelo povo em geral como recurso para fazer contas, assim como hoje se utilizam a calculadora.

A partir do exposto em nossos estudos podemos dizer que os conteúdos matemáticos que eram efetivamente ensinados nas escolas primárias podem ser assim sintetizados: as quatro operações básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão); princípios de proporção por meio da regra de três; e o sistema de pesos e medidas adotado no império brasileiro.

Podemos concluir, assim, que o ensino nas escolas de primeiras letras era bem elementar devido as condições materiais da população, especialmente quando se refere ao contexto da província do Espírito Santo, que possuía uma população bastante humilde, nesse contexto eram necessários somente estudos rudimentares de aritmética. No tocante ao ensino primário de matemática na província do Espírito Santo temos os seguintes elementos apontados por Gaudio (2014, p. 823),

“[...] a falta de docentes qualificados, e/ou habilitados para a envergadura do cargo; as condições precárias das escolas primárias; materiais (dentre eles os livros) inadequados para tal nível de instrução; descaso da população com a instrução pública; dentre outros motivos”.

6 O LUGAR DO FEMININO NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NO ESPÍRITO SANTO IMPERIAL

Para discutirmos sobre o lugar da mulher na educação no período imperial no Espírito Santo é preciso compreender como ela era vista pela sociedade da época, ou seja, qual o papel da mulher nesse contexto histórico e social. O Brasil tinha sido colônia de Portugal, e sua formação cultural foi extremamente dominada pelas concepções portuguesas.

Na cultura portuguesa a mulher era considerada inferior e sem direito a educação. E o Brasil herdou essa maldita herança do seu colonizador. Diante disso, é possível perceber a dificuldade da inserção da mulher na sociedade colonial. Nesse período as mulheres assumiram o papel de cuidadoras do lar, casando muito cedo e se dedicando ao papel de mãe, assim, não tinham acesso à escolarização.

As mulheres tiveram o acesso à educação negado até o século XVI, quando foram criados os conventos no Brasil e a instrução se voltava para a prática religiosa, por meio de orientação das freiras. No entanto era uma instrução de curto prazo, pois as meninas aprendiam apenas a ler e a escrever.

Esse cenário começa a mudar em 1808, com a vinda da família real para o Brasil e o incentivo ao processo de formação da classe burguesa, cresceu o número de escolas femininas, porém ainda prevalecia no currículo as normas de etiquetas, moral e ensino básico. Somente com a instauração da República que “[...] a escolarização de meninas e jovens é ampliada com o aumento de número de vagas nas escolas públicas e a criação de colégios particulares femininos e mistos, este movimento tem nuances específicas em cada região do país” (FREITAS, 2002, p. 1).

Nesse período muitas meninas eram obrigadas a interromper os estudos para se dedicarem ao casamento, com isso elas não concluíam nem o ensino primário. Para a sociedade da época a educação feminina não tinha valor, assim muitas famílias forçavam as meninas a deixarem seus estudos. E aquelas que conseguiam concluir o ensino primário eram encaminhadas para o ensino secundário com objetivo de desenvolver suas aptidões femininas.

Encaminhadas para os colégios de ensino secundário particulares, como alunas internas ou semi-internas, a fim de ampliarem seus estudos, as jovens recebiam um programa diferenciado, atendendo ao desenvolvimento de habilidades e atitudes femininas, preparando-as para os futuros papéis de esposas dedicadas e mães exemplares (FREITAS, 2002, p. 1).

No ensino secundário as jovens recebiam uma instrução diferenciada com o objetivo de desenvolver habilidades e atitudes femininas para se tornarem futuras esposas dedicadas e mães exemplares. Esse panorama só se modifica com as revoluções mundiais, pautada pelos ideais do iluminismo, como a Revolução Francesa, que auxiliaram na luta pela liberdade. Com isso as mulheres tem a possibilidade de participar das atividades fora do ambiente doméstico.

Somente em outubro de 1827 com a criação da Lei que estabelece a instituição das primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, que a mulher é autorizada a ingressar na instrução pública como professora. Cabe destacar que até o momento a profissão de professor era exercida somente por homens, porém devido aos baixos salários pagos estes desistiam do ofício, então a inserção da mulher na escola como professora se fez necessária.

Entretanto, esse processo de inserção das mulheres no magistério se deu de forma complexa, pois ocorreu em meio a manifestações de preconceitos devido aos costumes culturais, o fato de uma mulher trabalhar fora do lar transgredia diversas regras sociais da época, apesar de desbravar caminhos na construção de uma nova profissão: professora.

Vale ressaltar que os critérios básicos para a contratação das educadoras dependiam de requisitos morais, muito mais do que profissionais. As mulheres para conseguirem o cargo dependiam de uma figura masculina ao seu lado, ou seja, uma autoridade sobre ela. Ainda sobre o processo de contratação, Prudente (2009, p. 22) aborda que “[...] quando não aconteciam os exames como critério de seleção, a nomeação se fazia por indicação política e, naturalmente, pela conduta moral construída e esperada de uma mulher”.

Além das dificuldades de ingresso na carreira docente as mulheres encontravam muitas barreiras no exercício de sua profissão, tais como: baixa frequência das alunas forçando, assim, a interrupção das aulas, como também o atraso nos

aluguéis das casas em que funcionavam as escolas femininas. Muitas professoras pagavam os alugueis com dinheiro próprio, na espera de possíveis reembolsos futuros fossem feitos. Como explica Teixeira (2014, p. 7):

Eram bastante comuns também reclamações e petições alegando a necessidade de gratificações adicionais ao salário do professor, para que o mesmo pudesse suprir o pagamento do aluguel da casa na qual lecionava e na manutenção da mesma, já que até nisso não havia quase nenhuma atenção ou investimento nem da província nem do Estado Imperial. Há avisos de paralisação de aulas por falta de pagamento de aluguel da casa onde elas aconteciam, por falta de recursos para a manutenção da mesma e pedidos de aquisição de novo imóvel à medida em que as que estavam disponíveis para aquele fim não eram suficientes ou adequadas para receber os alunos e as aulas de determinada matéria.

Como se não batasse todas essas dificuldades que Teixeira nos aponta, as professoras recebiam salários mais baixos do que os homens, sob a legação de que o ensino que elas ministravam era considerado de menor importância. Esse ensino era voltado para a preparação de uma boa esposa e doméstica e não necessariamente para a formação intelectual, por isso que a educação feminina de primeiras letras não era valorizada. Esta desvalorização do trabalho das professoras pode ser caracterizada pelos salários mais baixos do que os homens, sob a legação de que o ensino que elas ministravam era considerado de menor importância o que podemos observar no quadro que segue.

Comparativo dos ordenados anuais de profissionais diversos da província do Espírito Santo no ano de 1861.

PROFESSOR DE PRIMEIRAS LETRAS DA CAPITAL (ordenado médio)	600\$000 réis
PROFESSOR DE PRIMEIRAS LETRAS DE 1ª CLASSE (ordenado médio)	350\$000 réis
PROFESSOR DE PRIMEIRAS LETRAS DE 2ª CLASSE (ordenado médio)	150\$000 réis
PROFESSORA DE PRIMEIRAS LETRAS (ordenado médio)	450\$000 réis

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir dos do Relatório Governamental de Província elaborado pelo então presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Júnior (ESPÍRITO SANTO, 1861).

Haja vista que o ingresso das mulheres no magistério foi responsabilizado pelo desprestígio também por parte da população pobre que viam a educação como um

problema e não como solução, porque para eles valorizava-se mais o trabalho doméstico e agrícola do que os estudos.

Diante dessa breve contextualização podemos observar quanto foi difícil à vida das mulheres que escolheram a carreira de magistério no século XIX. Foi um contexto de muito preconceito, em que a mulher não possuía valor algum perante a sociedade, e teve que conquistar seu espaço no mercado de trabalho, vencendo as barreiras que lhe foram impostas.

E na província do Espírito Santo esse processo não foi diferente as mulheres tiveram grandes dificuldades para conquistar seu espaço no âmbito educacional tanto professoras quanto alunas. Além disso, a remuneração não era atrativa e o objetivo do ensino era a formação de uma boa esposa e de mães de família como nos mostra Moacyr (1940, p. 01):

O belo sexo não tem uma professora que lhe ensine e inculque os deveres de uma bôa esposa e de melhores mães de família de cujas mãos o Brasil receba filhos que lhe sejam proveitosos; e suposto pela lei de março de 1835 lhe foram aplicados 300\$000 de ordenado, esta quantia por muito diminuta, não convida alguma de fora a tornar este encargo, visto que nesta província não existe uma com as qualidades indispensáveis para tão importante magistério.

Com esse panorama de baixos salários, requisitos morais para contratação, ensino voltado para a formação da esposa e da mãe de família, o autor destaca que na província do Espírito Santo não existia mulher com essas qualidades para exercer uma função tão importante como o magistério. Abaixo temos o relato de Dom Pedro quando em visita a província do Espírito Santo, teve ocasião ainda de ir à escola feminina da professora Vitória Antunes da Penha localizada em Vitória.

D. Pedro II teve ocasião ainda de visitar a escola feminina da professora Vitória Antunes da Penha, criada pela Lei nº 4, de 18 de março de 1853. A professora veterana estava efetivada por decreto. Eis como impressionou ao imperador essa escola:

Aula de meninas de Vitória Antunes da Penha. 16 matriculadas. 14 de freqüência. 1.^a lê mal; gramática nada; multiplica só. Há 5 ou 6 meses; mas já tinha algum estudo. A professora já serve aqui na Vitória quase 5 anos. 2.^a lê hesitando muito – nada de gramática; multiplica só. Há 8 meses; já tinha estado em aula particular.

Nada sabem de doutrina e a professora parece má. O livro de matrícula é escrito pelo irmão da professora; a letra das meninas é má (ROCHA, 2008, p. 99).

Na visita a escola feminina o imperador destaca a contratação da professora – efetivada por decreto, e ficou impressionado com a instituição. Cabe destacar que ao observar o diário da professora ele destaca que algumas alunas já haviam passado por instrução particular e ainda apresentavam resultados não desejados. E por final ele conclui que as alunas não sabem nada de doutrina, por isso a professora é má. Podemos observar com esse registro a preocupação com o ensino das meninas era pouco significativo, pois temos menos críticas feitas pelo Imperador, e baixa exigência na inquisição.

Diante disso, o cenário educacional nacional do século XIX era desanimador, por falta de investimentos adequados e na província do Espírito Santo não era diferente. Com a escassez de recursos financeiros foi necessário à formação de escolas mistas fora do centro das Províncias, mesmo que para a época essa prática fosse considerada promiscua, por permitir a frequência de pessoas do sexo masculino e feminino na mesma escola.

E com a carência de educadores e a formação de escolas mistas a contratação feminina para o magistério se fez necessária, no entanto o requisito para a contratação não era diferente das outras províncias. As mulheres precisavam ter uma moral inquestionável, além de boa índole para lecionar, tendo o pai ou o marido como referência para sua contratação, pois não possuíam autonomia para tal função perante a sociedade.

Conclui-se diante desse estudo que o lugar feminino na província do Espírito Santo muitas vezes se confunde com a realidade brasileira, pois o panorama social era o mesmo e o perfil esperado pela mulher era o mesmo - submissa ao pai, ao marido e sem espaço na sociedade.

E quando se fala sobre a atuação das mulheres no ambiente educacional essa realidade não é diferente para conquistar seu espaço elas precisam vencer barreiras e preconceitos impostos pela sociedade. E quando conseguem atuar como educadoras ainda recebem menores salários e o ensino por elas ministrado não é valorizado socialmente.

Na província do Espírito Santo o formato curricular tinha como base as necessidades locais. O ensino da matemática, nas escolas de primeira classe ia além da aritmética básica, incluindo aplicações práticas desta, proporções e geometria prática. Ressaltamos que estas escolas, estavam estabelecidas em lugares de população mais volumosa, conseqüentemente regiões mais urbanizadas. Naquelas onde o grupo de alunos em estado de aprender estiver na faixa de 20 alunos, as de segunda classe, o ensino deveria-se restringir às quatro operações de aritmética de forma teórica e prática.

O caráter gênero discriminatório é observado quando esses conteúdos são destinados aos discentes de sexo masculino, sendo que aos discentes do sexo feminino a matemática apresentava-se de forma restrita, como nos aponta o Artigo 12 da referida lei:

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º (BRASIL, 1827).

O caráter discriminatório também se faz presente, como já dito anteriormente na participação da sociedade na composição do lugar feminino na escolarização da sociedade. No caso do Espírito Santo observamos a questão quantitativa de alunos e escolas no período de 1842 a 1867. Esses dados foram coletados dos relatórios oficiais dos presidentes de província. Pudemos perceber a princípio que a escola primária, mesmo incipiente e deficitária, teve um crescimento substancial, em torno de 270%, em vinte cinco anos. Esse crescimento foi impulsionado por inúmeros fatores, em nosso ponto de vista o mais preponderante foi à questão legal. Os regulamentos implementaram modelos estruturais que impulsionaram a educação, mas é incipiente a participação feminina no processo educativo.

Apesar de todas estas tentativas de ensino e aprendizagem, constatamos nesta pesquisa que a educação matemática feminina estava no mesmo patamar que a educação nacional, o que constatamos também na província do Espírito Santo: descaso; despreparo; desinteresse por parte da população; baixos investimentos;

entre outros fatores negativos. O gênero feminino além de tudo estava envolvido num lugar menor, discriminatório.

A vida dessas mulheres do século XIX da província do Espírito Santo, não foi nada fácil, visto que a educação não era prioridade de fato para os governantes, principalmente a educação feminina, houveram muitas lutas a serem vencidas. Mas apesar de todas essas dificuldades a mulher nunca deixou de lutar e buscar uma transformação na educação. O que nos leva a reconhecer a importância dessas mulheres para o início da história da educação do Brasil como Império, que mesmo diante de todas as dificuldades apresentadas conseguiram educar várias gerações e deixar seu legado na história do nosso país.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver um estudo sobre a matemática nas escolas de primeiras letras no Espírito Santo Imperial: o lugar do feminino no ensino e na aprendizagem foi um grande desafio que contribui para o nosso processo de formação. Compreender como ocorreu o processo de escolarização da sociedade brasileira no período do Brasil Império foi esclarecedor, pois nos mostrou um pouco da realidade social do nosso país nesse período pós-colonial.

Ao estudar sobre o processo histórico do período imperial brasileiro podemos observar que a população não teve participação na constituição do nosso país enquanto nação livre de Portugal. E essa característica irá refletir diretamente na educação que se pensava para o povo. Como exemplo, temos a educação pública primária que foi renegada pelos poderes políticos a uma situação precária e caótica, especialmente nas pobres províncias brasileiras. Diante disso, os indivíduos não tinham condições de exercer sua participação social e política de modo efetivo, pois não possuía a instrução necessária para isso.

E quando focalizamos na realidade do Espírito Santo essa situação não é muito animadora, pois essa província enfrentava os mesmos problemas que as demais províncias brasileiras na busca pela escolarização de seu povo. Observamos por meio de nossa investigação que existiam leis e decretos para garantir o acesso a instrução na província capixaba, porém a estrutura das escolas era problemática, os professores não possuíam formação adequada para exercer a docência, os materiais didáticos eram inadequados e como se não bastasse todos esses problemas, a população não valorizava o processo de instrução pública.

Sobre a questão do ensino primário na província do Espírito Santo podemos constatar que as primeiras letras não se desenvolveram de maneira satisfatória, porquanto as instituições escolares continuavam em situações inadequadas para a aprendizagem, os educadores não eram valorizados e ainda eram culpados pelos resultados insatisfatórios, os pais não incentivavam seus filhos a estudarem e sim os

estimulavam a trabalhar nas lavouras. E o governo central tentava mudar essa realidade, porém não obteve sucesso.

Em nosso estudo buscamos apresentar um panorama do ensino primário de matemática, e verificamos que os conhecimentos repassados aos alunos eram insuficientes para a compreensão desse conteúdo de modo integrado. A matemática era utilizada a fim de resolver cálculos domésticos ou comerciais de baixa complexidade, assim nas escolas primárias os conteúdos matemáticos que eram efetivamente ensinados podem ser resumidos: as quatro operações básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão); princípios de proporção por meio da regra de três e o sistema de pesos e medidas adotado no império brasileiro.

E para finalizar cabe pontuar sobre o lugar feminino no processo de ensino e aprendizagem da matemática na província do Espírito Santo. Nesse período histórico a mulher não tinha espaço na sociedade, ela deveria ser submissa aos homens e manter sempre uma moral irrepreensível e inquestionável. Essa concepção teve uma relação direta com a atuação das mulheres no ambiente educacional, porque logo que elas puderam assumir um papel profissional nas escolas, começam a enfrentar barreiras e preconceitos impostos pela sociedade.

A vida das mulheres do século XIX da província do Espírito Santo não foi fácil, porém elas nunca desistiram de buscar sua liberdade e seu espaço na sociedade, além disso, lutavam por uma transformação na educação do período imperial e nos deixaram seu legado para que hoje possamos lutar por uma educação de qualidade para nossos alunos.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil** (1500-1889). História e legislação. 1889. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2003.

AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. Brasília, DF: Editora UNB, 1976.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/LIM/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

_____. **Decreto nº 1.331A, de 17 de fevereiro de 1854**. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-630-17-setembro-1851-559321-publicacaooriginal-81488-pl.html>>. Acesso em: 29 de junho de 2015.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. A educação escolar pública e a formação de professores no império brasileiro. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.

CORREIO DA VICTÓRIA. **Instrução pública**. Vitória: Typografia Capitaniense, de 15 de agosto de 1870.

CORREIO DA VICTÓRIA. **Ao mesmo**. Vitória: Typografia Capitaniense, de 07 de julho de 1849.

CORREIO DA VICTÓRIA. **Pela secretaria do governo**. Vitória: Typografia Capitaniense, de 28 de outubro de 1849.

CORREIO DA VICTÓRIA. **A viagem do Exm. Sr. Presidente ao sul da província**. Vitória: Typografia Capitaniense, 15 de agosto de 1857.

DIÁRIO DO GOVERNO. **Decreto. n. 79**, v. 1. Rio de Janeiro: [Imprensa Imperial], de 09 de abril de 1823.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Registro da correspondência com diversos funcionários da instrução pública de 1848 a 1855 (manuscrito)**. Espírito Santo. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, série 751 (livros). Livro 351, 1848-1855.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente da Província. **Relatorio do presidente da provincia do Espirito Santo, o bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da**

Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Vitctoria: Typografia Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1859.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente da Província. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior.** Vitctoria: Typografia Capitaniense de Pedro Antonio de D'Azeredo, 1861.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente da Província. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial no dia da abertura da sessão ordinaria de 1866, pelo presidente, dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.** Vitctoria: Typografia Liberal do Jornal da Victória, 1866.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente da Província. **Relatório apresentado pelo exm. presidente Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, por ocasião de passar a dministração da Província ao exm. Sr. 1º vice-presidente dr. Carlos de Cerqueira Pinto.** Vitctoria: Typografia do Jornal da Victória de D. Araripe, 1867.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente da Província. **Relatório apresentado ao Presidente de Provincia do Espírito Santo José Fernandes da Costa Pereira Junior pelo Diretor da Instrução Pública Sr. Antonio Rodrigues de Souza Brandão em 30 de abril de 1861.** Vitctoria: Typografia Capitaniense de Pedro Antonio de D'Azeredo, 1861.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Livro de minutas de ofícios expedidos à diversas autoridades. (manuscrito).** Espírito Santo. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Educação. Livro 90, 1870-1877.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (et. al.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educando mulheres em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX: Possibilidades e tendências.** 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0509.pdf>>. Acesso em: 28 de junho de 2015.

GAUDIO, Eduardo Vianna. **A Reforma Couto Ferraz e um ensino primário de matemática na Província do Espírito Santo durante o período imperial brasileiro: uma história a partir de leitura indiciária.** 2010. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

GAUDIO, Eduardo Vianna. Ensino de Matemática na província do Espírito Santo. In: NOBRE, Sergio; BERTATO, Fábio; SARAIVA, Luis (Eds.). **Anais do 6º Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática.** Natal, RN: Sociedade Brasileira de História da Matemática (SBHMat), 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias (1834-1889)**. Volumes I a III. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O Império e as primeiras tentativas de organização da Educação Nacional (1822-1889). In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas, SP: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acesso em: 27 de junho de 2015.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Instituições Escolares no Brasil Colonial e Imperial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 28, p.181-203, dez. 2007.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. **O silêncio no magistério: Professoras da Instrução Pública na Província de Goyaz: século XIX**. 2009. 240f. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Goiânia, 2009.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Educação, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: _____. (et. al.). **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SENA, Fabiana. A conversação como modo de distinção no império: tesouro de meninos e código de bom-tom nas escolas brasileiras. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 37, p. 253-265, mar. 2010.

TEIXEIRA, Mariana Marques. **Os professores de primeiras letras na província da Parahyba do norte (1822-1864): que história é essa?** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/234.pdf>>. Acesso em: 28 de junho de 2015.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma história da matemática escolar no Brasil, 1730-1930**. São Paulo: Amablume: FAPESP, 1999.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola Pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set/dez, 2008.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. **O sistema métrico decimal nas escolas primárias brasileiras**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. 318 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.